

CADERNO DE PROVA

CARGO: ADVOGADO

Leia as instruções antes de iniciar a prova.

1. O candidato receberá:

1.1 Um caderno de Provas contendo 45 (quarenta e cinco) questões objetivas de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas para responder as opções A, B, C, e D, sendo que apenas uma 01 (uma) deverá ser assinalada como **correta**.

1.2 Um cartão de respostas personalizado para a Prova Objetiva.

1.3 É responsabilidade do candidato, certificar-se que os dados informados nos materiais recebidos estão corretos. ***Após ser autorizado o início da prova, verifique no caderno de prova se a numeração das questões e a paginação estão corretas.***

2. Regras gerais:

2.1 O candidato está autorizado a usar caneta **esferográfica preta** fabricada em material transparente. O descumprimento desta regra será de responsabilidade exclusiva do candidato que poderá ser eliminado do certame, caso não seja possível a leitura ótica do cartão resposta.

2.2 O candidato dispõe de 3 (Três) horas para realizar a Prova Objetiva com acréscimo de 1(uma) hora para realização da prova discursiva, e não poderá entregar a prova e sair do prédio antes de decorrido o tempo mínimo de 1 (uma) hora do início. Após este prazo o candidato poderá entregar o material de prova e sair do prédio, sem o caderno de provas.

2.3 O candidato poderá levar consigo o caderno de provas quando estiver faltando 30 (trinta) minutos para o término da prova.

2.4 Durante a prova o candidato não deverá levantar-se ou comunicar-se com outros candidatos.

2.5 Ao final das provas o candidato deverá entregar: o caderno de prova, o cartão-resposta, texto definitivo (prova discursiva) e caso não tenha assinado a lista de presença deverá assiná-la.

2.6 Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão ser liberados juntos.

3. Preenchimento do cartão- resposta:

3.1 O candidato deverá assinalar no **CARTÃO-RESPOSTA** uma única alternativa que julgar correta e **sem rasuras**. O preenchimento do cartão deverá obedecer às instruções nele contidas. Observe atentamente o número da questão antes de marcar, pois não haverá substituição do **CARTÃO-RESPOSTA**.

3.2 Não é permitida a consulta aos apontamentos, livros, dicionários e uso de aparelhos eletrônicos.

3.3 Será considerada nula a questão que tiver mais de uma alternativa assinalada, com rasuras ou que esteja em branco ou em desacordo com as instruções de preenchimento informadas no cartão resposta.

4. Informações finais:

4.1 O gabarito das provas objetivas será divulgado no primeiro dia útil subsequente a aplicação da prova nos sites www.itame.com.br e www.camaracaldazinha.go.gov.br

4.2 Os Recursos contra itens do gabarito preliminar poderão ser interpostos na forma do Edital Regulamento.

4.3 Qualquer informação sobre o concurso será fornecida pela Câmara Municipal, através da Comissão Especial do Concurso Público, ou pela Banca Examinadora.

REALIZAÇÃO:

Leia o texto para responder as questões de 01 à 10.

INOCÊNCIA

Visconde Taunay

Estava Cirino fazendo o inventário da sua roupa e já começava a anoitecer, quando Pereira novamente a ele se chegou.

- Doutor, disse o mineiro, pode agora mecê entrar para ver a pequena. Está com o pulso que nem um fio, mas não tem febre de qualidade nenhuma.

- Assim é bem melhor, respondeu Cirino.

E, arranjando precipitadamente o que havia tirado da canastra, fechou-a e pôs-se de pé. Antes de sair da sala, deteve Pereira o hóspede com ar de quem precisava tocar em assunto de gravidade e ao mesmo tempo de difícil explicação.

Afinal começou meio hesitante:

- Sr. Cirino, eu cá sou homem muito bom de gênio, muito amigo de todos, muito acomodado e que tenho o coração perto da boca, como vosmecê deve ter visto...

- Por certo, concordou o outro.

- Pois bem, mas... tenho um grande defeito; sou muito desconfiado. Vai o doutor entrar no interior da minha casa e... deve postar-se como...

- Oh, Sr. Pereira! Atalhou Cirino com animação, mas sem grande estranheza, pois conhecia o zelo com que os homens do sertão guardam da vista dos profanos os seus aposentos domésticos, posso gabar-me de ter sido recebido no seio de muita família honesta e sei proceder como devo.

Expandiu-se um tanto o rosto do mineiro.

- Vejo, disse ele com algum acanhamento, que o doutor não é nenhum pé-rapado, mas nunca é bom facilitar... E já que não há outro remédio, vou dizer-lhe todos os meus segredos... não metem vergonha a ninguém, com o favor de Deus; mas negócios da minha casa não gosto de bater língua... Minha filha Nocência fez 18 anos pelo Natal, e é rapariga que pela feição parece moça de cidade, muito ariscazinha de modos, mas bonita e boa deveras... Coitada, foi criada sem mãe, e aqui nestes fundões.

- Ora muito bem, continuou Pereira caindo aos poucos na habitual garrulice, quando vi a menina tomar corpo, tratei logo de casá-la.

- Ah! É casada? Perguntou Cirino.

- Isto é, é e não é. A coisa está apalavrada. Por aqui costuma labutar no costeiro do gado para são Paulo

um homem de mão-cheia, que talvez o Sr. Conheça... o Manecão Doca...

(...)

- Esta obrigação de casar as mulheres é o diabo!... Se não tomam estado, ficam jururus e fanadinhas...; se casam podem cair nas mãos de algum marido malvado... E depois, as histórias!... Ih, meu Deus, mulheres numa casa, é coisa de meter medo... São redomas de vidro que tudo pode quebrar... Enfim, minha filha, enquanto solteira, honrou o nome de meus pais... O Manecão que se agunte, quando a tiver por sua... Com gente de saia não há que fiar... Cruz! Botam famílias inteira a perder, enquanto o demo esfrega um olho.

Esta opinião injuriosa sobre as mulheres é, em geral, corrente nos sertões e traz como consequência imediata e prática, além da rigorosa clausura em que são mantidas, não só o casamento convencional entre parentes muito chegados para filhos de menor idade, mas sobretudo os numerosos crimes cometidos, mal se suspeita possibilidade de qualquer intriga amorosa entre pessoa da família e algum estranho.

(...)

- Sr. Pereira, replicou Cirino com calma, já lhe disse e torno a dizer que, como médico, estou há muito tempo acostumado a lidar com famílias e a respeitá-las. É este meu dever, e até hoje, graças a Deus, a minha fama é boa... Quanto às mulheres, não tenho as suas opiniões, nem as acho razoáveis nem de justiça. Entretanto, é inútil discutirmos porque sei que falou-me com toda franqueza, e também com franqueza quero responder. No meu parecer, as mulheres são tão boas como nós, se não melhores: não há, pois, motivo para tanto desconfiar delas e ter os homens em tão boa conta... Enfim, essas suas ideias podem quadrar-lhe à vontade, e é costume meu antigo a ninguém contrariar, para viver bem com todos e deles merecer o tratamento que julgo ter direito a receber. Cuide cada qual de si, olhe Deus para todos nós, e ninguém queira arvorar-se em palmatória do mundo.

Tal profissão de fé, expedida em tom dogmático e superior, pareceu impressionar agradavelmente a Pereira, que fora aplaudido com expressivo movimento de cabeça a sensatez dos conceitos e a fluência da frase.

01) Sobre o texto marque a alternativa correta.

- (A) O texto é literário por apresentar uma linguagem criativa e plurissignificativa, ao narrar a trama envolvendo ficção e realidade.
- (B) O texto é literário por apresentar a objetividade denotativa da linguagem e os aspectos da realidade da época em que o casamento era arranjado.
- (C) O texto não é literário, porque a linguagem é carregada de sentido artístico e aceita várias interpretações e efeitos de sentidos.
- (D) O texto não é literário, porque a linguagem predominante apresenta as palavras no seu sentido literal e a linguagem é metafórica.

02) No diálogo entre Pereira e Cirino fica evidente uma opinião de Pereira sobre as mulheres. Para ele, as

- (A) moças tanto casadas quanto solteiras representavam um perigo à moral da família.
- (B) moças não deviam se casar tão cedo e por isso, a clausura da época.
- (C) mulheres não causavam intrigas por serem submissas aos homens.
- (D) mulheres irresponsáveis se casavam com maridos malvados.

03) Cirino discorda de alguns aspectos, mas aceita as regras daquela sociedade. Em qual fragmento predomina sua opinião sobre esse aspecto?

- (A) “Enfim, minha filha, enquanto solteira, honrou o nome de meus pais...”
- (B) “Quanto às mulheres, não tenho as suas opiniões, nem as acho razoáveis nem de justiça.”
- (C) “é costume meu antigo a ninguém contrariar, para viver bem com todos e deles merecer o tratamento que julgo ter direito a receber.”
- (D) “já lhe disse e torno a dizer que, como médico, estou há muito tempo acostumado a lidar com famílias e a respeitá-las.”

04) No fragmento “Cuide cada qual de si, olhe Deus para todos nós, e ninguém queira arvorar-se em palmatória do mundo.” A palavra ‘**arvorar-se,**’ nesse contexto, pode ser substituída sem prejuízo de sentido por:

- (A) empinar-se.
- (B) dilapidar-se.
- (C) acocorar-se.
- (D) desarvorar-se.

05) No fragmento “Estava Cirino fazendo o inventário da sua roupa e já começava a anoitecer...” Considerando o processo de Formação de Palavras, a palavra ‘**anoitecer**’ é uma

- (A) imprópria.
- (B) regressiva.
- (C) parassintética.
- (D) prefixal e sufixal.

06) O tipo de discurso predominante nesse texto é:

- (A) Direto.
- (B) Indireto.
- (C) Indireto livre.
- (D) Direto e indireto.

07) Em “**Expandiu-se** um tanto o rosto do mineiro.” Há uma:

- (A) Próclise.
- (B) Ênclise.
- (C) Mesóclise.
- (D) Ênclise proclítica.

08) No fragmento “Minha filha Nocência fez 18 anos pelo Natal, e é rapariga que pela feição parece moça de cidade, muito ariscazinha de modos, mas bonita e boa deveras...Coitada, foi criada sem mãe, e aqui nestes fundões.” As funções predominantes da linguagem, respectivamente, são:

- (A) Conativa e fática.
- (B) Conativa e poética.
- (C) Referencial e expressiva.
- (D) Referencial e metalinguística.

09) Considerando os princípios de coesão, no fragmento “**Entretanto,** é inútil discutirmos **porque** sei que falou-me com toda franqueza, e **também** com franqueza quero responder.” As palavras e expressões destacadas, respectivamente, estabelecem relações de:

- (A) concessão - causa - condição.
- (B) refutação - explicação - adição.
- (C) contradição - consequência - soma.
- (D) conformidade - alternância - conclusão.

10) De acordo com os níveis de linguagem, esse texto apresenta uma

- (A) linguagem histórica, culta e técnica.
- (B) linguagem culta, regional e literária.
- (C) linguagem informal, social e artística.
- (D) linguagem coloquial, histórica e científica.

Leia o texto para responder a questão 11.

"A vida é uma ópera, é uma grande ópera. O tenor e o barítono lutam pelo soprano, em presença do baixo e dos comprimários, quando não são o soprano e o contralto que lutam pelo tenor, em presença do mesmo baixo e dos mesmos comprimários. Há coros numerosos, muitos bailados, e a orquestra é excelente..."

Machado de Assis

11) A figura de linguagem que predomina nesse texto é a:

- (A) Alegoria.
- (B) Apóstrofe.
- (C) Gradação.
- (D) Hipérbole.

12) Na oração: A criança tinha necessidade **de medicamentos**. O termo destacado é um

- (A) objeto indireto.
- (B) adjunto adnominal.
- (C) predicativo do sujeito.
- (D) complemento nominal.

13) No fragmento: Muita determinação, reeducação alimentar, exercícios físicos, **todos esses fatores** são fundamentais para melhorar ter saúde. A expressão destacada é um aposto

- (A) explicativo.
- (B) comparativo.
- (C) enumerativo.
- (D) recapitulativo.

14) Em: O concurseiro acordou cedo e começou a estudar. Tem-se uma

- (A) oração coordenada sindética.
- (B) oração coordenada assindética.
- (C) oração subordinada adverbial.
- (D) oração subordinada substantiva.

15) Marque a alternativa que não é aceita gramaticalmente.

- (A) Visamos ao sucesso.
- (B) Namoro com João há anos.
- (C) Aspirou ao cargo de prefeito.
- (D) Prefiro português a matemática.

16) De acordo com o art. 24, da Lei 8.666/1993, é dispensável a licitação:

(A) para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.

(B) para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.

(C) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.

(D) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

17) O inciso V do art. 37 da Constituição Federal trata da designação de agentes públicos para o exercício de funções de confiança e do provimento de cargos em comissão, podendo afirmar que:

(A) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

(B) os cargos de comissão, exercidos exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e as funções de confiança, a serem preenchidas por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

(C) as funções de confiança, exercidas por servidores ocupantes de cargo efetivo e por servidores de carreira, e os cargos em comissão, a serem preenchidos somente por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

(D) os cargos de comissão, exercidos por servidores ocupantes de cargo efetivo e por servidores de carreira, e as funções de confiança, a serem preenchidas por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

18) Conforme disposto na Súmula Vinculante 13 do STF, é correto afirmar que:

(A) A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

(B) A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

(C) A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o quarto grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

(D) A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido

em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou, ainda, de função gratificada exclusivamente na administração pública direta, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

19) O art. 3º, da Lei 8.666/1993 dispõe que a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. Ocorre que seja possível haver empate entre as propostas. Desta forma, com base no §2º do art. 3º, da Lei 8.666/1993, em igualdade de condições, serão assegurados como primeiro critério de preferência e desempate os bens e serviços:

(A) produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional.

(B) produzidos no País.

(C) produzidos ou prestados por empresas brasileiras.

(D) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

20) O princípio da moralidade administrativa está expresso no *caput* do art. 37 da CF, sendo que tal fonte do direito encontra-se intimamente ligada à ideia de probidade e boa-fé. Um dos meios de controle judicial da moral administrativa se dá por meio da propositura da ação popular, remédio constitucional este previsto no inciso LXXIII do art. 5º da Carta Magna. Com base nos conhecimentos acerca da ação popular, é correto afirmar que:

(A) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

(B) pessoas jurídicas são partes legítimas para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao

patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

(C) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência em quaisquer situações.

(D) pessoas jurídicas são partes legítimas para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando a parte autora isenta de custas judiciais e do ônus da sucumbência em quaisquer situações.

21) Sobre a interpretação dos negócios jurídicos segundo o Código Civil Brasileiro, podemos afirmar:

(A) As partes deverão se limitar às regras de interpretação previstas em lei.

(B) As partes poderão livremente pactuar regras de interpretação, desde que em obediência àquelas previstas em lei.

(C) As partes poderão livremente pactuar regras de interpretação, de preenchimento de lacunas e de integração dos negócios jurídicos diversas daquelas previstas em lei.

(D) A interpretação somente poderá ser feita por terceiro eleito entre as partes, de forma imparcial.

22) Sobre a ordem de vocação hereditária e a possibilidade do Município ser alcançado pelos bens deixados pelo autor da herança, podemos afirmar:

(A) Não sobrevivendo cônjuge, ou companheiro, nem parente algum sucessível, ou tendo eles renunciado a herança, esta se devolve ao Município se localizada nas respectivas circunscrições.

(B) Concorre à herança do falecido com os irmãos bilaterais na condição de herdeiro.

(C) Na falta de irmãos do autor de herança, concorrerá com os filhos daqueles, caso haja, na condição de herdeiro.

(D) Por se tratar de bens particulares, o Município não tem vocação hereditária segundo o Código Civil.

23) Considera-se cláusula abusiva segundo o CDC, exceto aquelas que:

(A) infringem ou possibilitem a violação de normas ambientais.

(B) transfiram responsabilidades a terceiros.

(C) autorizem o fornecedor a modificar unilateralmente o conteúdo ou a qualidade do contrato, antes de sua celebração.

(D) estabeleçam inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor.

24) Sabendo-se que Precatórios são formalizações de requisições de pagamento de determinada quantia, devida pela Fazenda Pública assim como pelas suas autarquias e fundações, em razão de uma condenação judicial definitiva, marque a alternativa correta:

(A) Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão preferencialmente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, podendo ser designados casos ou pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

(B) Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, e serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, devendo ser preteridos somente pelos débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham 60 (sessenta) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei que terão preferência sobre todos os demais.

(C) A exigência de expedição de precatórios se aplica também aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

(D) É vedado ao credor ceder, ainda que parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, salvo se houver a concordância do devedor.

25) O Estado é o responsável pelas finanças públicas. O principal objetivo estatal através das finanças públicas é o fomento da plena ocupação e o controle da demanda agregada.. Nesses termos, é correto afirmar que:

(A) As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no banco central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.

(B) A competência da União para emitir moeda será exercida preferencialmente pelo banco central..

(C) As disponibilidades de caixa da União serão depositadas em qualquer instituição financeira; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei..

(D) A lei orçamentária anual não compreenderá o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

26) A lei orçamentária anual compreenderá:

(A) o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

(B) o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

(C) o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

(D) As normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

27) A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Nesse contexto, marque a alternativa que está em desacordo com as disposições expressas na Constituição Federal:

(A) O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de cinco mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

(B) As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas independente de prévia indenização.

(C) É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento.

(D) Aquele que possuir como sua área urbana de até cento e cinquenta metros quadrados, por dez anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

28) Acerca dos remédios constitucionais previstos na Constituição Federal, é correto afirmar que:

(A) conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, desde que seja amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

(B) o mandado de segurança coletivo não pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional.

(C) conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

(D) são gratuitas as ações de *habeas corpus*, *habeas data* e mandado de segurança individual e coletivo e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

29) O Prefeito municipal que autoriza a utilização de mão de obra originária de funcionário público da prefeitura em que este administra em proveito de obra de terceiro não interessada ao município, comete:

- (A) Delito de peculato desvio.
- (B) Delito de peculato malversação.
- (C) Delito de responsabilidade dos Prefeitos municipais na modalidade de apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio.
- (D) Delito de responsabilidade dos Prefeitos municipais na modalidade de utilizar-se, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos.

30) No rol dos crimes fiscais praticados por funcionários públicos (Lei nº: 8.137/1990) consta o tipo penal do artigo 3º, inciso I com os seguintes termos: “Constitui crime funcional contra a ordem tributária, além dos previstos no Código Penal (Título XI, Capítulo I) – extraviar livro oficial, processo fiscal ou qualquer documento, de que tenha a guarda em razão da função; sonegá-lo, ou inutilizá-lo, total ou parcialmente, acarretando pagamento indevido ou inexato de tributo ou contribuição social – pena: reclusão de 03 (três) a 08 (oito) anos, e multa.”

Sobre classificação deste delito é correto dizer que:

- (A) Trata-se de crime próprio, material, de forma livre, omissivo, permanente, plurissubjetivo e plurissubsistente exclusivamente.
- (B) Trata-se de crime próprio, formal, de forma vinculada, comissivo, instantâneo, unissubjetivo e plurissubsistente exclusivamente.
- (C) Trata-se de crime próprio, material, de forma vinculada, omissivo, permanente e instantâneo, plurissubjetivo, unissubsistente ou plurissubsistente.
- (D) Trata-se de crime próprio, material; de forma livre, comissivo, permanente e instantâneo, unissubjetivo, unissubsistente ou plurissubsistente.

31) Sobre o regramento legal da Previdência Social previsto na Constituição Federal, marque a alternativa incorreta:

- (A) Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

(B) É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

(C) Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.

(D) É permitida a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

32) Na relação de custeio da Seguridade Social, aplica-se o princípio de que todos que compõem a sociedade devem colaborar para a cobertura dos riscos provenientes da perda ou redução da capacidade de trabalho ou dos meios de subsistência. Nesse contexto, é incorreto afirmar que:

(A) Nos termos do § 6º do art. 195 da CF, as contribuições sociais só poderão ser exigidas após decorridos 90 (noventa) dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não sendo aplicado, portanto, o disposto no art. 150, III, "b".

(B) De acordo com o art. 27 da Lei 8.212/91, constituem outras receitas da Seguridade Social, dentre outras, a remuneração recebida por serviços de arrecadação, fiscalização e cobrança prestados a terceiros.

(C) No âmbito federal, o orçamento da Seguridade Social é composto das receitas da União, das contribuições sociais e de outras fontes.

(D) A contribuição dos empregados domésticos não está inserida no rol de fontes de custeio da Seguridade Social.

33) No cumprimento de sentença que impuser à Fazenda Pública o dever de pagar quantia certa, o exequente apresentará demonstrativo discriminado e atualizado do crédito. Nesse contexto, marque a alternativa que não corresponde a uma das informações que devem conter no demonstrativo do crédito:

(A) o nome completo e o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do exequente.

(B) o índice de correção monetária adotado, os juros aplicados e as respectivas taxas.

(C) o termo inicial e o termo final dos juros e da correção monetária utilizados e a periodicidade da capitalização dos juros, se for o caso.

(D) Havendo pluralidade de exequentes, poderá ser apresentado um único demonstrativo, incluindo-se o crédito de todos eles.

34) Concernente às ações possessórias previstas no Código de Processo Civil, é incorreto afirmar que:

(A) É lícito às partes, na pendência de ação possessória, propor ação de reconhecimento do domínio, exceto se a pretensão for deduzida em face de terceira pessoa.

(B) É lícito ao réu, na contestação, alegando que foi o ofendido em sua posse, demandar a proteção possessória e a indenização pelos prejuízos resultantes da turbação ou do esbulho cometido pelo autor.

(C) A propositura de uma ação possessória em vez de outra não obstará a que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela cujos pressupostos estejam provados.

(D) Passado o prazo de ano e dia da turbação ou do esbulho afirmado na petição inicial, será comum o procedimento o procedimento de manutenção e de reintegração de posse, não perdendo, contudo, o caráter possessório.

35) O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação e reintegrado em caso de esbulho. Destarte, marque a alternativa que não corresponde a um dos ônus que incumbe ao autor da ação possessória provar:

(A) a sua posse.

(B) a turbação ou o esbulho praticado pelo réu e a data da turbação ou do esbulho.

(C) a continuação da posse, embora turbada, na ação de manutenção, ou a perda da posse, na ação de reintegração.

(D) a sua propriedade.

36) Quem, não sendo parte no processo, sofrer constrição ou ameaça de constrição sobre bens que possua ou sobre os quais tenha direito incompatível

com o ato constritivo, poderá requerer seu desfazimento ou sua inibição por meio de embargos de terceiro. Considera-se terceiro para efeitos da lei o seguinte:

(A) quem sofre constrição judicial de seus bens por força de desconsideração da personalidade jurídica, que tenha sido parte no incidente.

(B) o credor sem garantia para obstar expropriação judicial do objeto de direito real de garantia, caso tenha sido intimado, nos termos legais dos atos expropriatórios respectivos.

(C) o adquirente de bens cuja constrição decorreu de decisão que declara a ineficácia da alienação realizada em fraude à execução.

(D) O devedor que figura no processo de execução como executado.

37) Sobre os recursos previstos no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

(A) O recorrente poderá, a qualquer tempo, desde que haja a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

(B) A desistência do recurso impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquela objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.

(C) No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção.

(D) O equívoco no preenchimento da guia de custas implicará a aplicação da pena de deserção.

38) A Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000 estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Tomando por base esta lei marque a alternativa CORRETA.

(A) A despesa total com pessoal, em cada período de apuração, e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, sendo limitada a União em 50%(cinquenta por cento); os Estados e Municípios em 60%(sessenta por cento).

(B) Na esfera municipal o limite com gasto com pessoal é de 10%(dez por cento) para o Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Município, quando houver.

(C) O município pode ter no máximo uma despesas com pessoal do Executivo de 50%(cinquenta por cento), do limite global.

(D) A repartição dos limites globais dos gastos com pessoal, na esfera municipal, não poderá exceder os seguintes percentuais: 6%(seis por cento) para o Legislativo, incluindo o Tribunal de contas do Município, se houver e 64%(sessenta e quatro por cento) para o Executivo.

39) A respeito da Lei de Diretrizes Orçamentárias é INCORRETO dizer que ela deverá dispor também sobre:

(A) Equilíbrio entre receitas e despesas.

(B) Normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financeiros com recursos dos orçamentos.

(C) Despesas relativas à dívida pública, mobiliária e contratual.

(D) Condições e exigências para transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

40) As leis constituem fontes por excelência do Direito Tributário, sendo que decorrem do princípio da legalidade. A respeito da legalidade em matéria tributária marque a alternativa ERRADA.

Somente a lei pode estabelecer:

(A) A instituição de tributos, ou a sua extinção.

(B) A majoração de tributos, ou a sua redução.

(C) As hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários.

(D) As hipóteses de dispensa ou redução de penalidades.

41) O sujeito passivo da obrigação tributária é chamando de contribuinte e, de modo especial, está ligado à situação constitutiva do fato gerador. A respeito do contribuinte e do fato gerador marque a alternativa VERDADEIRA.

(A) O contribuinte do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.

(B) No Imposto Sobre Serviços de Transportes e Comunicações o contribuinte é o tomador do serviço.

(C) O fato gerador do Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza é a aquisição da

disponibilidade jurídica, e não econômica, da Renda ou dos Proventos de Qualquer Natureza.

(D) O Imposto Sobre Produtos Industrializados tem como fato gerador o desembaraço aduaneiro, quando de procedência estrangeira, não compreendendo a sua arrematação quando levado a leilão ou a saída dos estabelecimentos do importador, industrial, comerciante ou arrematante.

42) Marque a alternativa INCORRETA com relação aos Instrumentos de política urbana, previstos na Lei n 10.257 de 10 de julho de 2001.

(A) O IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano não pode ser utilizado como Instrumento de política urbana por ser instituto tributário.

(B) Planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social fazem parte dos Instrumentos de política urbana.

(C) Os Instrumentos de política urbana compreendem o planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.

(D) O plano diretor é um Instrumento de política urbana que faz parte do planejamento municipal.

43) A Política Nacional do Meio Ambiente tem como objetivos, dentre outros, a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida. Marque a alternativa CORRETA.

(A) Meio ambiente compreende apenas a cidade como espaço urbano onde vivemos.

(B) Poluição é a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudicam a saúde, a segurança e o bem estar da população.

(C) A Política Nacional do Meio Ambiente visará a imposição ao poluidor e ao predador, a obrigação de recuperar, mas não estará obrigado a indenizar os danos causados se não recuperar.

(D) Os municípios não poderão elaborar normas supletivas e complementares relacionadas ao meio ambiente.

44) A Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta de:

(A) Dois terços, no mínimo dos membros da Câmara Municipal.

(B) Qualquer vereador da Câmara Municipal.

(C) Dez por cento, no mínimo, do eleitorado Municipal.

(D) Do Prefeito Municipal.

45) Ao servidor público em exercício de mandato eletivo não se aplica a seguinte disposição:

(A) Tratando-se de mandato federal ou estadual, ficará afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

(B) Investido em mandato de Prefeito, será afastado do seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

(C) Investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

(D) Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.